



cgée

Relatório Anual 2011

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Relatório Anual 2011



Brasília, DF
Dezembro, 2011

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

Presidente

Lucia Carvalho Pinto de Melo (até 20.07.2011)

Mariano Francisco Laplane (a partir de 21.07.2011)

Diretor Executivo

Marcio de Miranda Santos

Diretores

Antonio Carlos Figueira Galvão

Fernando Cosme Rizzo Assunção

Gerson Gomes

Gestor Administrativo

Edmundo Antonio Taveira Pereira

Relatório Anual 2011. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2011.

xx p : il. (+ Anexos)

1. Relatório de Atividades. 2. Relatório de Gestão. I. CGEE. II. Título.

*Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE
SCN Qd 2, Bl. A, Ed. Corporate Financial Center sala 1102
70712-900, Brasília, DF
Telefone: (61) 3424.9600
<http://www.cgee.org.br>*

Relatório Anual 2011

Conselho de Administração

Marco Antonio Raupp – SPBC - Presidente até 11/10/2011

Eduardo Moacyr Krieger – ABC - Presidente a partir de 11/10/2011

Carlos Américo Ribeiro de Xavier – MEC

Carlos Alberto Aragão – CNPq – até 14/02/2011

Glaucius Oliva – CNPq

Luis Manuel Rebelo Fernandes – Finep – até 17/02/2011

Glauco Antonio Arbix – Finep

Maria Angela do Rego Barros – Anpei – até 07/01/2011

Guilherme Marco de Lima – Anpei

Helena Bonciani Nader – SBPC

Isa Assef dos Santos – Abiptil

Luiz Antonio Rodrigues Elias – MCTI

Francelino José Lamy de Miranda Grando – MDIC - até 06/09/2011

Nelson Fujimoto – MDIC

Rafael Lucchesi – CNI

Alysson Paolinelli – CNA

Carlos Américo Pacheco – Representante dos Associados

Clemente Ganz Lúcio – Dieese

Edson Fermann – Sebrae – até 06/07/2011

Ênio Duarte Pinto – Sebrae

Guilherme Ary Plonski – Anprotec

Jorge Luis Nicolas Audy – Foprop

Mario Neto Borges – Confap

Renê Teixeira Barreira – Consecti – até 19/04/2011

Odenildo Teixeira Sena – Consecti

RELATÓRIO ANUAL 2011

1. Introdução

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, constituída sob a forma de Associação Civil, sem fins lucrativos qualificada como Organização social pelo Decreto nº 4.078, nos termos da Lei 9.637/98, com vistas ao estabelecimento de parceria para o fomento e execução de atividades na área de ciência, tecnologia e inovação.

Desde 2002, o CGEE mantém Contrato de Gestão com a União, supervisionado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, cujo objeto encontra-se descrito na cláusula primeira do Contrato de Gestão “(...) parceria entre as partes com vistas ao apoio à gestão de programas e projetos estratégicos em ciência, tecnologia e inovação, bem como a realização de estudos e geração de subsídios para a formulação de políticas e estratégias por parte do Órgão Supervisor”. As atividades do Centro visam, portanto, subsidiar a tomada de decisão e promover a interlocução, articulação e interação entre os atores de CT&I.

A agenda de trabalho do CGEE inclui as atividades pactuadas com o Órgão Supervisor e inseridas em Plano de Ação do Contrato de Gestão, assim como aquelas negociadas em contratos administrativos firmados com entidades públicas e privadas que atuam no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI.

2. Principais Linhas de Atividade do CGEE

Para a execução da sua agenda de trabalho anual, o Centro mobiliza competências institucionais e individuais identificadas no País e no exterior, de acordo com as cinco Linhas de Ação abaixo descritas.

Linha de Ação 01 - Estudos, Análises e Avaliações

Parte substantiva da agenda do CGEE inclui estudos, análises e avaliações que têm como principal objetivo agregar valor aos processos de tomada de decisão associados à formulação, implantação e avaliação estratégica de políticas e programas em CT&I. São desenvolvidas nesta Linha de Ação atividades voltadas para a discussão de ideias e orientadas para a obtenção de consensos que facilitem a posterior implementação de recomendações propostas. A abordagem metodológica adotada nos trabalhos incorpora, sempre que possível e recomendado, a avaliação dos impactos econômicos, sociais, ambientais e éticos do desenvolvimento tecnológico e está orientada para antecipar os impactos das mudanças tecnológicas na sociedade no processo de informar a tomada de decisão no âmbito das organizações públicas e privadas.

Linha de Ação 02 - Articulação

O CGEE dedica parte de sua agenda de trabalho na busca de entendimentos entre distintos grupos de interesse, em torno de questões de natureza estratégica para o desenvolvimento e aprimoramento do SNCTI. Nesse particular, tem também atuado na criação de mecanismos de interação, tais como seminários, conferências e sistemas eletrônicos de informação como o Portal Inovação, hoje operado pela ABDI.

Adicionalmente, o Centro desenvolve um conjunto expressivo de ações inseridas em redes de cooperação, seja no caso da avaliação de programas de apoio a redes, seja no mapeamento de instituições e especialistas com potencial para desenvolver projetos complexos em rede. Esta linha de ação abrange, ainda, a análise e o desenvolvimento

de novos modelos institucionais capazes de se ajustar a desafios enfrentados pela indústria e pelo setor público. Como exemplo, pode-se citar o apoio dado pelo Centro ao MCTI no processo de criação do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol – CTBE.

Linha de Ação 03 - Apoio à Gestão Estratégica do SNCTI

A evolução recente do SNCTI aponta para processos voltados para a sua modernização institucional, o que o torna ainda mais complexo e de gerenciamento mais sofisticado. São inúmeras as oportunidades de aprimoramento institucional, seja pelo lado da adequação das principais instituições do sistema aos desafios presentes e futuros, seja pela necessidade de permanente atualização do arcabouço legal associado ao avanço do conhecimento, do desenvolvimento tecnológico e da promoção da inovação. Como exemplo de atividade nesta Linha de Ação, cita-se o apoio dado pelo Centro em 2011 ao reposicionamento institucional do CNPq, com vistas a internacionalização de procedimentos de fomento e a uma maior atuação do Conselho na promoção da inovação. Temas como segurança jurídica na aplicação de mecanismos de fomento e a análise dos instrumentos utilizados pelas agências de fomento na promoção da inovação são questões sempre presentes na agenda de trabalho do CGEE nessa linha de atividade.

Linha de Ação 04 - Disseminação de Informação em CTI

A gestão da informação e do conhecimento em CT&I e a difusão dos resultados obtidos pelos estudos realizados pelo Centro são elementos centrais da sua agenda de trabalho, tanto para dar a conhecer aos atores do SNCTI dos avanços obtidos pelo Centro nas áreas de prospecção tecnológica e avaliação estratégica, como também para difundir na sociedade os avanços e desafios do SNCTI. A abordagem metodológica utilizada nos estudos do CGEE é fortemente centrada em uma boa gestão da informação e do conhecimento, caracterizada pela rapidez com que são sistematizadas grandes quantidades de informação e pela agregação de valor daí derivada na forma de novos conhecimentos.

As atividades de editoração do CGEE incluem a publicação de dois números anuais da revista Parcerias Estratégicas, além de cerca de uma dezena de livros editados e distribuídos por ano, que resumem os principais resultados obtidos a partir dos estudos realizados. Ambas as atividades estão sempre presentes nessa Linha de Ação institucional.

Linha de Ação 05 - Gestão Institucional

A capacitação e o aprimoramento contínuo do corpo técnico e administrativo do CGEE fazem parte de processo educacional, aplicado de maneira sistêmica ao conjunto de empregados do Centro, através do qual estes incorporam novos conhecimentos, atitudes e habilidades profissionais. Por meio dessa Linha de Ação, o CGEE moderniza permanentemente o seu ferramental de trabalho, seja por conta da compra de softwares que dão maior eficiência à execução dos seus estudos, seja pela compra de novos equipamentos de trabalho.

3. Atividades do Contrato de Gestão

O ano de 2011 foi um ano atípico para a relação de parceria entre o CGEE e o MCTI, no qual foram executadas atividades inseridas em quatro Termos Aditivos (TA) ao Contrato de Gestão, dos quais um firmado ainda em 2010 (Primeiro TA), mas com subações com prazo de término em junho de 2011, e outros três - Segundo, Terceiro e Quarto TA - firmados em 20 de julho, 01 de setembro e 29 de dezembro de 2011, respectivamente.

O Plano de Ação 2011 do Contrato de Gestão foi formalizado somente no Terceiro TA, incluindo tanto as subações em andamento trazidas de aditivos anteriores como as subações novas pactuadas em 2011 com o Órgão Supervisor (MCTI).

A direção do Centro concentrou-se em criar as condições necessárias para atender aos compromissos assumidos nos mencionados aditivos e cujos prazos de término caíam em 30 de junho e 31 de dezembro de 2011, deixando para plena implementação futura os compromissos datados de 30 de junho de 2012. Isso porque a formalização tardia do terceiro TA, em setembro de 2011, causou atrasos nos repasses dos recursos financeiros pactuados para este ano. Esta estratégia permitiu que os impactos desse atraso fossem minimizados e não comprometessem o atendimento das metas constantes do Anexo III do 4ºTA ao Contrato de Gestão, “Indicadores de Produtividade do Plano de Ação – Prazos e Pesos”.

Os textos apresentados neste Relatório resumem alguns dos resultados obtidos ao longo de 2011. O conjunto de produtos e eventos realizados neste ano são demonstrações da intensidade e da dinâmica de atuação do CGEE no âmbito do SNCTI. Tal desempenho somente foi possível alcançar por meio do esforço empreendido por todos empregados do Centro, pelo apoio decisivo do Órgão Supervisor no exercício cotidiano do inovador modelo institucional de Organização Social.

São notas importantes de 2011 as mudanças havidas na alta administração do MCT e do CGEE, com a posse do Ministro Aloízio Mercadante, em janeiro, e a do novo presidente do Centro, Mariano Francisco Laplane, em julho. No caso específico da Presidência do Centro, tal mudança ocorreu no respeito absoluto às regras previstas em normativos do Centro e em um ambiente de absoluta tranquilidade, fatores que permitiram ao CGEE dar continuidade aos trabalhos pactuados com o Órgão Supervisor para o ano em questão. O total de subações concluídas no ano atingiu 34, de um total de 56 subações pactuadas, sendo que 22 ainda estavam em andamento em dezembro de 2011.

São apresentados a seguir destaques da atuação do Centro no ano de 2011, no âmbito do Contrato de Gestão:

a. Subsídios para o Reposicionamento Estratégico do CNPq

Este estudo teve como objetivo gerar subsídios para reposicionar estrategicamente o CNPq, com base nas mudanças recentes no ambiente de ciência, tecnologia e inovação no Brasil e no mundo. Para tanto, foram empregados métodos e técnicas que fazem parte da abordagem metodológica do CGEE, fundamentada no conceito do *foresight* estratégico, utilizada em estudos que visam subsidiar processos de planejamento com visão de médio e longo prazos. A metodologia de trabalho foi construída de forma a incentivar a participação de atores internos e externos segundo um processo contínuo de agregação de valor às informações obtidas e de busca de consensos.

O produto final do estudo, apresentado na forma de um Mapa Estratégico, foi construído a partir da análise da matriz de impactos cruzados e dos subsídios provenientes de todos os procedimentos metodológicos adotados nas diferentes etapas do estudo, a saber: *position papers* elaborados por renomados especialistas estrangeiros; análise de formas de atuação de instituições congêneres ao CNPq; entrevistas com atores de destaque do SNCTI; consulta eletrônica para atores internos e externos ao CNPq; relatórios de Grupos Temáticos, constituídos por técnicos do CNPq; e oficinas para elaboração de matriz SWOT e construção da matriz de impactos cruzados das macro-diretrizes estratégicas.

Os temas contemplados no Mapa Estratégico foram: avaliação, acompanhamento e indicadores; modelo de gestão; inovação; compromisso social; integração, interação com os parceiros e pró-atividade; transversalidade; e internacionalização. A entrega do Mapa Estratégico foi feita por meio de reunião de trabalho entre as diretorias do CGEE e do CNPq.

b. Semicondutores Orgânicos na Indústria da Informação e Comunicação

Este estudo deu sequência a outros sobre o mesmo tema elaborados pelo CGEE e procurou identificar elos e nichos de mercado na cadeia industrial, além de propor ações que subsidiem tomadores de decisão no fortalecimento do emprego de semicondutores orgânicos na indústria da informação e comunicação. Intensa mobilização de especialistas e larga pesquisa bibliográfica precederam as conclusões e recomendações desse estudo, que propõe a integração de instrumentos de fomento e apoio já existentes em dois programas de ação: um de incentivo ao desenvolvimento tecnológico e outro, de apoio ao nascimento de empresas e de negócios (em novas empresas ou em empresas já estabelecidas). O primeiro programa, chamado "Empreendedorismo em Eletrônica Orgânica com Planos de Negócios", tem como principal característica promover a interação entre a comunidade acadêmica e empresarial a fim de que novos negócios e empresas possam surgir e se desenvolver. O segundo, nomeado "Demonstradores de tecnologia", tem por finalidade incentivar que os grupos de pesquisa vençam desafios técnicos que atualmente retardam a adoção da tecnologia orgânica.

c. Apoio técnico à transformação da Finep em instituição financeira

Em 2011, o CGEE e a Finep elaboraram Termo de Referência para contratação de empresa especializada, cujo escopo incluía os seguintes tópicos: (1) entender os modelos institucionais internacionais de financiamento à inovação; (2) definir cenários e opções estratégicas para a transformação da Finep em instituição financeira; (3) elencar os requisitos básicos de negócio para a transformação da Finep em instituição financeira; e (4) elencar os principais impactos no atual modelo de atuação da Finep. Estes aspectos foram detalhadamente estudados pela empresa Ernst & Young Terco e apresentados à direção da Agência em setembro de 2011, o que possibilitou à Finep identificar sete opções de transformação institucional. Por demanda da Finep, o CGEE deu início a análise complementar ao estudo anterior, com vistas a avaliação dos impactos legais e infra legais de uma das opções preferenciais para a transformação da Agência em instituição financeira, qual seja o modelo de "Agência de Fomento".

d. Plataforma Aquarius

Em meados do primeiro semestre de 2011, o MCTI apresentou ao CGEE demanda para o desenvolvimento de nova plataforma eletrônica voltada para o apoio à modernização, dinamização e aumento da transparência da gestão do Ministério, assim como garantir melhores resultados aos investimentos públicos em CT&I. Tal plataforma foi posteriormente denominada "Aquarius".

A Plataforma Aquarius, em sua fase inicial, compreende a implementação de três atividades vinculadas e convergentes, resumidamente descritas a seguir:

1. Reorganização administrativa e estratégica do MCTI, com produção de painéis de informação e conhecimento integrados a sistemas operacionais existentes. Tem como objetivo a modernização, a automatização e o gerenciamento dos processos integrando-os aos sistemas existentes;
2. Integração do Portal da Transparência (Controladoria Geral da União – CGU), ou de outras fontes de informação sobre a gestão pública, com os Sistemas de Informação

Gerenciais do MCTI com o objetivo ampliar o rol de informações administrativas de CT&I e os conhecimentos de suporte estratégico para tomada de decisão;

3. Consolidação da sala de situação, com o objetivo de monitorar informações estratégicas do Sistema Nacional de CT&I (planos, iniciativas, programas e projetos estratégicos).

Ao final de 2011 entrou em operação o primeiro painel de conhecimento, permitindo acesso em tempo real a informações sobre os dispêndios públicos no âmbito do MCTI, a partir de dados do SIAFI. Outros cinco painéis entrarão em operação até meados do segundo semestre de 2012, dando ampla transparência a processos administrativos relacionados com os convênios firmados pelo MCTI e com os incentivos fiscais derivados da Lei de Informática, assim como informações e conhecimentos gerados a partir da produção científica e tecnológica brasileira registrada na Plataforma Lattes e pelo desenvolvimento do fomento feito com recursos dos Fundos Setoriais.

e. Doutores e Mestres no Brasil – 2011

A publicação do livro Doutores 2010 pelo CGEE representou uma das mais bem recebidas iniciativas do Centro. Foram inúmeras as manifestações públicas de aceitação e satisfação com os resultados da publicação. Desenvolvida em estreita parceria com a Capes, o CNPq, e os Ministérios do Trabalho e Emprego e da Ciência, Tecnologia e Inovação, a subação Doutores e Mestres no Brasil – 2011 procura explorar novos aspectos do nosso sistema de Pós-graduação, mantendo como referencial metodológico principal o cotejamento da base de dados dos egressos da Pós, oriunda da Capes, com a da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do MTE.

A subação incorporou agora novas dimensões e dados e ampliou o espectro de assuntos tratados. Em primeiro lugar, estendeu o universo analisado para o campo menos óbvio e mais abrangente dos mestres, ampliando consideravelmente nossa compreensão das características do conjunto dos pesquisadores e recursos humanos qualificados no País. Avançou depois na análise dos determinantes da remuneração dos doutores, averiguando o que estaria na base das diferenciações encontradas. Por fim, explorou os padrões “migratórios” observados entre a área de formação dos mestres e doutores e a de seu emprego no período considerado, estabelecendo mapas que assinalam a dominância das relações formação/trabalho entre as unidades da federação.

Os resultados obtidos mostram que o número de mestres titulados no período compreendido entre 1996 e 2009 foi de 329.584, sendo que 54.139 também obtiveram o título de doutor no mesmo período no País. Para comparar com os doutores, entre 1996 e 2008, os mestres titulados correspondem a 3,8 vezes os doutores titulados no mesmo período. A inserção deles no mercado de trabalho formal não é muito diferente: os mestres empregados representam cerca 66,3% dos titulados contra 67,0% dos doutores. As mulheres no mundo do mestrado anteciparam a participação excepcional que já havia sido detectada no estudo dos doutores, pois já em 1998 elas constituíam a maioria dos egressos no País, ainda que com diferenças marcantes dependendo das áreas do conhecimento consideradas.

O perfil futuro da pós-graduação é muito influenciado pela dinâmica de evolução do número de egressos das diversas áreas do conhecimento, uma informação útil para o desenho da política de formação de recursos humanos. No período entre 1996 e 2009, as grandes áreas de conhecimento que ampliaram sua participação relativa no todo foram a Multidisciplinar (fenômeno recente), as Ciências Sociais Aplicadas e as Ciências da Saúde. As que mais perderam participação foram as de Ciências Exatas e da Terra, as Ciências Biológicas e as Agrárias. Por fim, vale o registro do crescimento destacado dos mestrados profissionais: foram 85 titulados em 2000 e surpreendentes 3116, em 2009.

f. Diversificação e Consolidação dos Grupos Econômicos Privados Nacionais – Etapa 1

O principal desafio da política nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação no País é o de acelerar o engajamento efetivo do setor produtivo privado no esforço de gerar e difundir inovações. O desenvolvimento brasileiro demanda crescente dedicação das empresas às tarefas da inovação, requisito fundamental para a sustentação do crescimento e o alcance da condição de país desenvolvido. E isto é mais significativo para as empresas nacionais líderes, que dependem de estratégias ousadas de competição e crescimento.

Uma das dimensões menos estudadas dos processos de inovação diz respeito àquelas associadas à diversificação produtiva. Pela compra ou fusão com outras empresas, os grupos privados nacionais estruturam uma dimensão importante de suas estratégias de crescimento e de P&D. Nesses movimentos, os grupos podem acessar tecnologias vitais e adquirir competências que se adicionam às capacidades existentes, compondo uma trajetória tecnológica de evolução dos estados das artes de seus negócios.

O estudo desenvolvido pelo CGEE com o CEDEPLAR/UFMG e o IPEA escolheu 20 grandes grupos nacionais com liderança em setores de relevo para o Plano Brasil Maior e a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia. Nessa primeira etapa, foram estudadas as características de cada grupo e preparado o terreno para o mapeamento aprofundado das estratégias individuais de diversificação, que constituem um possível terreno fértil para a intervenção das políticas de inovação do País.

g. Recomendações para o aprimoramento das políticas de informática e desenvolvimento das TICs

Ao final de 2010, o CGEE, em articulação com a SEPIN/MCTI e o GEOPI/DPCT/UNICAMP, desenvolveram um processo amplo de avaliação da Política Nacional de Informática, cujas conclusões apontavam para a perda de fôlego dos incentivos à inovação que haviam sido estruturados em meados dos anos 1990. Os resultados concretos mostraram que os impactos sobre as atividades inovativas foram proporcionalmente reduzidos quando cotejados com a própria evolução do setor.

Para pensar uma agenda inovadora para as TIC, o CGEE desenhou então esta nova subação que buscou capturar os resultados da anterior e organizar propostas no contexto do diálogo com os novos dirigentes que assumiram a condução dessas atividades no MCTI. Em grandes linhas, as principais conclusões mostraram ser necessário: 1) promover a readequação do formato atual da PNI; e 2) dar ênfase crescente ao segmento produtor de software e aos serviços, como forma de estimular uma maior inserção do País nas redes globais relativas ao setor. Os softwares e os serviços representam a fração emergente da indústria global. Para vários dos segmentos produtores eram menores as barreiras de escala e, portanto, ficaria mais fácil para as empresas nacionais disputar fatias dos respectivos mercados. Além disso, as competências desenvolvidas no País em certos segmentos constituiriam vantagem competitiva capaz de gerar melhores condições de inserção externa.

4. Quadro Geral de subações do Contrato de Gestão

O quadro a seguir relaciona o conjunto de subações constantes do Plano de Ação do Contrato de Gestão no ano de 2011, nominando as Linhas de Ação as quais pertencem e a posição em que se encontravam ao final do ano.

LINHAS DE AÇÃO	SUBAÇÕES	POSIÇÃO EM 31/12/2011
Estudos, Análises e Avaliações	Semicondutores Orgânicos na Indústria da Informação e Comunicação	Concluída
	Recomendações para Aprimoramento das Políticas de Informática e Desenvolvimento das TICs	Concluída
	Impactos Econômicos das TICs–Etapa II	Concluída
	Avaliação de Impacto de Programas de Apoio à Inovação	Concluída
	Avaliação do Programa Institutos Nacionais de C&T-INCTs - Etapa III	Andamento
	Fármacos: investimentos estratégicos em CT&I e balança comercial	Andamento
	Plano estratégico de software e fomento ao software livre	Andamento
	Agendas de CT&I em cadeias produtivas selecionadas	Andamento
	Roadmap tecnológico para a produção e uso limpo do carvão mineral brasileiro	Andamento
	Dinâmica de inovação nas empresas industriais brasileiras	Andamento
	Centro de Desenvolvimento para o Setor de Plásticos	Concluída
	Saúde e Inovação: territorialização do complexo econômico-industrial da saúde	Andamento
	Sustentabilidade e sustentação da produção de alimentos – papel do Brasil no cenário global - Etapa II	Andamento
	Desafios e estratégias para a inclusão digital: subsídios para Programa Nacional de Banda Larga	Andamento
	Eficiência energética: desenvolvimento de agendas tecnológicas em temas selecionados	Andamento
	Panorama internacional da implementação de redes inteligentes no setor elétrico	Concluída
	Economia verde: propostas para uma agenda brasileira	Andamento
	Temas centrais para participação brasileira na Rio + 20 (Desertificação - Biodiversidade - Clima)	Andamento
	Redes de Inovação: estratégias de agregação de valor a produtos da biodiversidade	Andamento
	Doutores e Mestres no Brasil - 2011	Concluída
Estudos de usos e aplicações de Terras Raras	Andamento	
Novas fronteiras científicas e perspectivas da convergência tecnológica	Concluída	
Mapeamento de competências em tecnologias assistivas	Andamento	
Subsídios em CT&I para uma Política de Segurança no Trânsito	Andamento	
Dimensão da CT&I no Planejamento Territorial	Concluída	

	Sustentabilidade e Sustentação da Produção de Alimentos - Papel do Brasil no Cenário Global - Etapa I	Concluída
	Cerceamento e Tecnologias Críticas e Sensíveis para o Desenvolvimento Brasileiro	Concluída
	Centro de altos estudos para o Brasil século XXI	Andamento
Articulação	Apoio Técnico à Transformação da Finep em Instituição Financeira	Concluída
	Sistema Financeiro Nacional e Financiamento à Inovação: Análise de Padrões com destaque para Fontes Privadas – Etapa I	Concluída
	Agendas estratégicas de CT&I globais	Andamento
	Subsídios técnicos para cooperação internacional em CT&I	Concluída
	Integração latino-americana em CT&I	Concluída
Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCT&I		
	Produção de Notas Técnicas	Concluída
	Reuniões de Especialistas	Concluída
	Rede de temas estratégicos para o desenvolvimento brasileiro	Andamento
	Desenvolvimentos Incrementais do Portal Inovação [Ambientes NIT, Recorte Biotecnologia (PDP) e Sibratec]	Andamento
	Gestão Estratégica da Informação em CT&I - Plataforma Aquarius	Andamento
	Subsídios à Formulação de Diretrizes CTHidro	Concluída
	Diversificação e Consolidação dos Grupos Econômicos Privados Nacionais - Etapa I	Concluída
	Avaliação de Instrumentos de Apoio à P&D com Foco na Lei do Bem	Concluída
	Segurança Jurídica com Relação às Empresas: Análise da Consistência do Marco Legal Brasileiro de Apoio à Inovação	Concluída
	Subsídios para o Reposicionamento Estratégico do CNPq	Concluída
	Reposicionamento Estratégico da UPE com vistas ao Fortalecimento do seu Papel no Desenvolvimento Regional	Concluída
	Apoio Técnico às Atividades do Conselho Nacional de Ciências e Tecnologia - CCT	Concluída
	Avaliação do Programa RHA E	Concluída
	Desenvolvimento de Indicadores para gestão estratégica da FINEP	Concluída
	Fortalecimento e consolidação dos Institutos de Pesquisa do MCT	Andamento
Disseminação de Informação em CT&I		
	Publicações CGEE	Concluída
	Parcerias Estratégicas	Concluída

	Participação em eventos de disseminação da informação em CT&I	Concluída
Gestão Institucional	Capacitação de Pessoal	Concluída
	Desenvolvimento e Aprimoramento de Métodos e Ferramentas em Prospecção e Avaliação	Concluída
	Gestão da informação e do conhecimento e ampliação das bases de dados do CGEE	Concluída
	Capacitação Interna e Assessoramento Metodológico	Concluída
	Atualização do conteúdo das bases de dados sobre mestres doutores no Brasil	Concluída

5. Atividades de Contratos Administrativos

Em adição às atividades incluídas no Contrato de Gestão mencionadas no item 3, em 2011 encontravam-se em andamento constantes de dez contratos administrativos, abaixo relacionados:

a. Eficiência Energética - Embaixada Britânica no Brasil

O CGEE firmou contrato com a Embaixada Britânica para desenvolver estudo relacionado com políticas e programas nacionais de Eficiência Energética existentes em um conjunto de países selecionados da Europa e nos Estados Unidos, com o objetivo de gerar subsídios para a formulação do Plano Nacional de Eficiência Energética - PNEf, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

No início de 2010, foram consolidadas as informações internacionais e nacionais de boas práticas em eficiência energética, que foram apresentadas e discutidas em oficinas trabalho com interessados no tema. Estas informações, após analisadas, geraram um relato encaminhado ao Ministério de Minas e Energia com sugestões para a elaboração do Plano Nacional de Eficiência Energética, que entrou em consulta pública no final do mesmo ano por iniciativa do MME. Com base nestas informações e nas análises feitas, foram contratados estudos adicionais que tinham o objetivo de desenvolver subsídios para a fase de implementação do PNEf, abordando os seguintes tópicos: (1) sugestão de metodologia de avaliação *ex-ante*, que visa definir o potencial e a prioridade das diversas ações propostas no PNEf; (2) sugestão de metodologia de avaliação *ex-post*, que visa acompanhar a implementação das ações por meio de indicadores; (3) sugestão de modelo de grupo de acompanhamento da implementação do PNEf; (4) sugestões de mudanças na estrutura e governança para tornar mais eficaz as execuções das medidas de eficiência energética; (5) propostas de alterações do marco legal, de forma a viabilizar as sugestões acima; (6) sugestão de um Plano inicial de implementação do PNEf para o próximo biênio (2011-2012). No início de 2011, os estudos e propostas para o PNEf foram consolidados e entregues ao Ministério de Minas e Energia.

b. Agendas Tecnológicas Setoriais (ATS) – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

Em 2011 foi dada continuidade ao projeto para a geração de Agendas Tecnológicas Setoriais – ATS, desenvolvido pelo CGEE no escopo de contrato administrativo firmado com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, e que conta com a participação de instâncias do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT e do Ministério

do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. Este contrato tem como objetivo a elaboração de Agendas Tecnológicas para 10 setores da economia, constituídas pelo conjunto de ações tecnológicas relevantes para a competitividade dos setores selecionados. Representam uma complementação e estão plenamente integradas às iniciativas em curso no âmbito das políticas de Governo voltadas para o apoio à CT&I, notadamente a Plano Brasil Maior e a Estratégia Nacional de CT&I. Todas as etapas de trabalho do Projeto ATS contam com intensa participação do setor privado na seleção, priorização e preparação das agendas a serem trabalhadas. Os resultados obtidos permitiram a identificação de um total de 36 ações tecnológicas, que geraram 21 projetos de apoio à CT&I produzidos com a participação de cerca de 200 colaboradores, entre consultores especialistas, técnicos do Governo e representantes de empresas privadas.

c. Avaliação da Chamada pública FINEP/SEBRAE 10/2005 - SEBRAE

O objetivo geral deste contrato é o de realizar uma avaliação de resultados e de processo da Chamada Pública Finep/SEBRAE 10/2005. As atividades conduzidas foram sempre discutidas em reuniões realizadas com os gerentes e técnicos do SEBRAE Nacional e da Finep, para delimitação do escopo e para o alinhamento das expectativas em relação ao resultados potenciais do estudo. Os produtos obtidos foram: (1) Base digital de dados dos 69 projetos financiados, contendo informações dos seus planos de trabalho; dos relatórios técnicos finais de cada projeto contratado e dos relatórios técnicos consolidados do conjunto de projetos contratados em cada estado; (2) Relatório Preliminar sobre a avaliação de processo, que contém a análise do processo e dos instrumentos de implementação da chamada; o levantamento dos entraves e dificuldades na implementação dos projetos; a identificação de boas práticas de implementação dos projetos; a apreciação do processo de descentralização do fomento de CT&I envolvido nesse programa, assim como uma proposta de melhorias de processo e de instrumentos para a continuidade da parceria Finep/SEBRAE para apoiar a inovação nas micro e pequenas empresas; (3) Relatório Preliminar sobre os parâmetros da avaliação e os instrumentos de coleta de dados, que contempla: (a) definição das dimensões a serem avaliadas no estudo e seus respectivos indicadores e métricas; e (b) os instrumentos de coleta de dados primários (questionários e roteiros de entrevistas); e (4) Relatório final da avaliação, em que são apresentados: (a) uma avaliação dos resultados alcançados pelo conjunto dos 69 projetos recomendados, assim como: (b) consolidação dos principais resultados do relatório de avaliação de processo e uma análise de suas principais implicações para os resultados dos projetos recomendados; e (c) uma proposta de metodologia de avaliação sistemática para as chamadas e encomendas em curso no âmbito da parceria Finep/SEBRAE.

d. “Opening up natural resource-based industries for innovation: new pathways for development in Latin America” – International Development Research Centre - IDRC, Canadá

O contrato firmado com o IDRC conta, na sua execução, com uma equipe latino-americana que cobre os três países selecionados: Brasil, Argentina e Chile. Seu propósito é averiguar a possibilidade de desencadear estratégias de inovação e desenvolvimento tecnológico que promovam a agregação de valor nas cadeias produtivas associadas à base de recursos naturais desses países, a partir da utilização em larga escala de conhecimentos técnico-científicos de ponta. Parte-se da idéia de que tais países nunca conseguiram transformar sua pujança no mercado de *commodities* em trampolim para acessar plenamente e desenvolver competências em áreas da fronteira do conhecimento científico e tecnológico. O contrato foi firmado em 2010 e, ainda neste ano, concluiu sua primeira fase de planejamento e estudos preliminares, tendo sido produzidos um conjunto de notas técnicas voltadas ao aprofundamento das concepções teóricas, ao detalhamento da metodologia de análise das bases de dados e setores potencialmente mais significativos para cada contexto

nacional, além da realização do primeiro workshop de discussão entre os membros da equipe. Neste workshop foram produzidos ajustes ao projeto original na sua segunda fase, em andamento ao longo de 2011, que aprofundou o conhecimento sobre as estratégias de inovação que agregam valor às cadeias produtivas que possuem recursos naturais como base para a sua sustentação.

e. “Patrocínio para elaboração do livro: A questão da Água no Nordeste”, desenvolvido em parceria com a ANA

Esta atividade faz parte de Contrato de Patrocínio firmado entre o CGEE e a Agência Nacional de Águas – ANA em 28 de dezembro de 2010, dando origem à parceria com o objetivo de debater aspectos relevantes sobre o tema “Água no Semi-Árido do Nordeste”. O CGEE promoveu com a ANA uma série de seminários, que abordaram diversos assuntos relacionados ao tema, envolvendo desde aspectos climáticos e ambientais, passando pelas ações de política pública direcionadas ao problema das secas até a análise de questões relacionadas ao projeto de integração de bacias à bacia do Rio São Francisco, integrante do PAC. O sucesso dessa série de seminários instou ambas as instituições a se irmarem na edição e publicação de um livro, que mantém as temáticas tratadas naqueles seminários.

f. Seminário Internacional “Iniciativas Urbanas de Eficiência Energética e Redução de Emissões” - Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)

No âmbito de contrato firmado com a Agência Francesa de Desenvolvimento, o CGEE organizou o Seminário Internacional “Iniciativas Urbanas de Eficiência Energética e Redução de Emissões”, iniciativa conjunta da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e do Ministério das Cidades. Este evento teve como principal objetivo proporcionar uma troca de experiências entre gestores públicos municipais e especialistas da França e do Brasil na formulação e implementação de políticas públicas relacionadas à eficiência energética e à redução de emissões de gases de efeito estufa. A equipe do CGEE trabalhou na finalização da redação dos anais do evento, o que demandou a contratação de serviços de tradução e de redação de textos a partir dos materiais preparados pelos palestrantes e das transcrições das palestras apresentadas durante o mencionado evento. Esses anais foram editados e distribuídos em 2011.

g. Plano de Desenvolvimento para a Mesorregião de Xingó - Governo do Estado de Alagoas

A contratação do CGEE pelo Governo do Estado de Alagoas, em dezembro de 2010, teve como objetivo principal a prestação de serviços especializados para a construção das bases para um plano de desenvolvimento para a Mesorregião de Xingó. Esta Mesorregião é composta por 79 municípios e abrange os estados de Alagoas, Pernambuco, Bahia e Sergipe. O objetivo do Governo do Estado de Alagoas é o de alavancar iniciativas que possibilitem futuras ações conjuntas e orquestradas entre os quatro estados, com a participação da União, que possam resgatar, a partir de um projeto único, o ideário do “compromisso social” dos estados que se beneficiaram com os grandes projetos de geração de energia instalados na região. Para tanto, prevê-se a condução de análises e estudos sobre as iniciativas e empreendimentos pretéritos e presentes sobre as potencialidades da região, visando à elaboração de proposta de alternativas e de um modelo cooperado de governança para implantação desse projeto denominado “Projeto Xingó”. O foco dos trabalhos está voltado para o desenho de estratégias para a sub-região compreendida pelos 18 municípios da Mesorregião, pertencentes ao Estado de Alagoas. Nessa sub-região o CGEE irá coordenar e desenvolver exercício coletivo de análise e avaliação, interna e externa à sub-região, por meio de processo participativo que envolverá as principais lideranças locais e especialistas em C&T e desenvolvimento regional.

h. Avaliações Estratégicas para subsídios ao Projeto Brasil 2022 - Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República

No âmbito deste contrato administrativo foi desenvolvido um conjunto de estudos de interesse da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - SAE/PR, a maioria dos quais concluídos no primeiro semestre de 2011. Estes últimos compreendem, a saber: h.1. Avaliação da Eficácia das Políticas Públicas Praticadas; h.2. Mapa preliminar sobre a quantidade e titularidade de carbono na Floresta Amazônica; h.3 Proposta de parâmetros operacionais para mecanismos de cooperação bilateral em REDD; h.4. Caracterização da rede de cidades; h.5. Cenários prospectivos do Brasil policêntrico; h.6. Governança institucional das cidades. São apresentados a seguir resumos das atividades conduzidas.

h.1 - Avaliação da Eficácia das Políticas Públicas Praticadas

Este estudo teve como objetivo principal aferir a eficácia das políticas de educação, saúde, previdência social e segurança pública, além de verificar como a ação do Estado chega à população e qual a sua percepção e avaliação dos benefícios e serviços que recebe. Este estudo procurou: (1) Identificar os usuários e beneficiários das políticas públicas escolhidas; (2) Verificar a eficácia dessas políticas no que diz respeito aos diversos componentes de cada uma delas; (3) Investigar os determinantes do acesso da população a essas políticas, identificando os fatores responsáveis por possíveis variações nos padrões de acesso e de qualidade das políticas a serem analisadas; (4) Identificar mecanismos de acesso às políticas; (5) Identificar a avaliação que o público faz dos diferentes componentes de cada uma dessas políticas e os determinantes dessas avaliações; (6) Verificar o grau de clareza do público quanto à atribuição das responsabilidades dos três níveis de governo sobre as principais políticas/programas sociais em curso no país; O estudo foi conduzido com a realização de uma pesquisa por amostragem com base em um questionário estruturado com perguntas abertas/fechadas aplicado a uma amostra probabilística nacional. Esta pesquisa foi realizada utilizando uma série de indicadores, simples e sintéticos, que permitiram examinar a eficácia do programa e mensurar o acesso da população aos benefícios ou serviços gerados.

h.2. Mapa preliminar sobre a quantidade e titularidade de carbono na Floresta Amazônica

Este estudo teve como finalidade elaborar documento para futura construção de políticas públicas, com base em processos analíticos e propositivos no que diz respeito às oportunidades para implementação de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação - REDD na Região Amazônica brasileira. Nesse sentido, foi elaborado mapeamento do estado atual de distribuição dos estoques carbono florestal na região, com base nas informações disponíveis sobre cobertura vegetal e densidade de carbono e caracterizar estimativamente os aspectos referentes à determinação de sua titularidade a nível estadual e detalhamento a escalas infra-estaduais, quando possível. Para atender os objetivos propostos a ação foi desenvolvida considerando vetores de análise e abordagem organizados para verificar os aspectos técnicos e jurídicos relacionados à distribuição e titularidade do estoque de carbono florestal por categoria territorial (federal e estadual) com a produção de mapas por categoria.

h.3 Proposta de parâmetros operacionais para mecanismos de cooperação bilateral em REDD

Este estudo teve como objetivo geral selecionar e analisar opções de operacionalização de um programa de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação - REDD, incluindo esquemas de repartição de seus benefícios, além de discutir as tendências acerca do uso de mecanismos de REDD sob a perspectiva do mercado de créditos de carbono nos âmbitos nacional e internacional. Objetivou, também, discutir uma agenda

de CT&I para programas de REDD e Identificar elementos importantes para serem tomados como indicadores de gestão do mecanismo de REDD.

Os resultados obtidos foram organizados em uma publicação intitulada “REDD no Brasil: um enfoque amazônico” onde são abordados fundamentos, critérios e estruturas institucionais para um regime nacional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal.

h.4. Caracterização da Rede de Cidades

Este estudo foi o primeiro de um conjunto de três análises integradas que tratam do tema “desenvolvimento policêntrico brasileiro” e que buscam subsidiar o planejamento territorial do Governo Federal que une médio e longo prazo. Um dos pressupostos dos estudos é a consideração da dinâmica demográfica brasileira, incluindo a dos fluxos migratórios, da mudança climática e da importância de constituição de uma sociedade de baixo carbono, do “capital humano” e sua relevância para o desenvolvimento produtivo, da perspectiva dos espaços urbanos, e finalmente, da crescente participação da logística na definição espaço/ tempo. Com isso, será possível construir as bases para um projeto de desenvolvimento nacional de longo prazo, que promova uma melhor distribuição das fontes de prosperidades e oportunidades com foco subregional.

h.5. Cenários Prospectivos do Brasil Policêntrico

Tratou-se da segunda análise integrada ao tema “desenvolvimento policêntrico brasileiro” cujo objetivo foi o de elaborar Cenários Prospectivos do Brasil Policêntrico baseados numa carteira de investimentos direcionada para as novas centralidades, escolhidas no estudo “Caracterização da Rede de Cidades e Seleção das Novas Centralidades”. O objetivo específico relacionado às escolhas estratégicas dos setores de atuação ou de atividades-chave está separado em duas frentes: a primeira relaciona-se ao conjunto de investimentos nacional, de grandes infraestruturas (energia, comunicações, transportes e recursos hídricos), e a segunda vincula-se ao conjunto de investimentos subregionais, de funções e serviços urbanos (educação, saúde, mobilidade urbana, saneamento, habitação, segurança pública, cultura, lazer e inovação).

h.6. Governança Institucional das Cidades

Esta foi a terceira análise realizada com o objetivo de instruir uma política ativa de constituição de uma rede de cidades baseada numa estratégia de desenvolvimento policêntrico do País, ancorada em macropólos subnacionais. A estratégia de desenvolvimento policêntrico, a partir de uma política que estruture redes hierárquicas de cidades, deve, entre outros aspectos, viabilizar o adensamento dos fluxos de serviços, a melhoria da qualidade urbana, a distribuição mais equitativa das oportunidades das subregiões para aumentar sua produtividade e capturar ativos produtivos, garantindo aos cidadãos a melhoria do acesso a bens e serviços. É necessário, desta forma, caracterizar a atual rede de cidades em nível subregional, regional e nacional; elaborar cenários futuros para um Brasil policêntrico; validar os atuais critérios de regionalização empregados para a divisão do país em função de aspectos geográficos e da dinâmica econômico-social; elaborar proposta institucional para aperfeiçoar a governança das redes de cidades (consórcios de municípios, regiões metropolitanas etc.) e suas relações com os estados e com a União. Também é preciso avaliar o polo urbano e sua área de influência de modo a dotar as carteiras subregionais de sistematicidade produtiva e espacial e tornar este polo acessível aos outros polos, de diferentes níveis de hierarquia e de maneira integrada internamente.

i. O Futuro da Física no Brasil – Sociedade Brasileira de Física (SBF)

Em 2011 o CGEE foi contratado pela Sociedade Brasileira de Física (SBF) para prestar serviços técnicos especializados em duas importantes frentes. A primeira, mapear as competências individuais e institucionais da comunidade brasileira de Física e, a

segunda, identificar as principais contribuições dessa comunidade para o desenvolvimento futuro do País, com ênfase para as oportunidades de interação entre as comunidades acadêmica e empresarial. Métodos eletrônicos e presenciais têm sido usados para promover a interação de membros dessa comunidade, tendo sido mapeados em 2011 cerca de 4000 dos seus membros.

j. Levantamento das demandas efetivas por soluções de tecnologia no Sistema Sebrae - Sebrae

O SEBRAE contratou administrativamente o CGEE ao final de 2011, solicitando apoio para realizar um levantamento das demandas pelas soluções de tecnologia ofertadas pela instituição. A ideia era a de averiguar, em prazo muito reduzido, a adequação dos pacotes ofertados às condições de demanda percebidas pelos gestores do próprio SEBRAE e alguns dirigentes de organizações sindicais empresariais.

Do ponto de vista metodológico, o esforço de análise do CGEE buscou capturar as diferenciações observadas dadas a natureza da inserção profissional do respondente, a região de operação, e outras características relevantes. O Centro coletou informações que permitiram avaliar a necessidade de introdução de aperfeiçoamentos nessa área do Sistema SEBRAE. Várias questões sobre temas básicos, como sobre os assuntos mais contemplados nos projetos, os pacotes que melhor respondiam aos interesses das pequenas e médias empresas e as atividades inovativas a priorizar, orientaram a busca das percepções nos roteiros de entrevistas e nos questionários encaminhados ao público-alvo da investigação. As conclusões preliminares apontaram soluções de menor significado para as empresas contempladas pelo Sistema, como nos temas do design e da propriedade intelectual, de pouco apelo, corroborando o entendimento de que as iniciativas nesse segmento devem considerar um conceito mais largo e abrangente de inovação, relacionados mais ao ambiente de operação do que aos muros internos das fábricas. O contrato tem sua conclusão prevista para janeiro de 2012 e seus resultados preliminares foram objeto de apresentação para os contrapartes do SEBRAE no mês de dezembro de 2011.



Relatório Financeiro Anual

2011

O ano de 2011 representou para o CGEE uma expressiva dependência dos recursos oriundos de Fomento Público. Além de essa fonte ter atingido seu maior montante contratual anual da história do Centro, a expressiva redução nos recursos oriundos de Contratos Administrativos – 54,53% da receita verificada em 2010 – fez com que o Contrato de Gestão representasse 86,02% do total de ingressos. Acrescente-se a isso o fato de que as receitas de Aplicações Financeiras e Outras estarem expressivamente (92,19%) vinculadas ao Contrato de Gestão.

Uma possível alteração desse cenário deverá implicar em esforço adicional para 2012, visto que a maior parte dos atuais contratos está em fase de encerramento, obrigando a identificação de novas oportunidades, de modo a garantir o desempenho observado ao longo dos anos. A seguir é apresentado um resumo dos resultados financeiros verificados ao longo do exercício.

RECEITAS

Os recursos financeiros ao ingressarem no CGEE são classificados segundo sua origem e por consequência determinam a forma como serão utilizados. Conforme estabelecido na legislação que trata das Organizações Sociais – Lei 9.637 de 15.05.1998 – os recursos transferidos no âmbito do Contrato de Gestão, firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, com a interveniência da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP destinam-se ao fomento das atividades e a manutenção geral da Instituição. Os recursos obtidos com Contratos Administrativos ou de Serviços objetivam custear a realização desses serviços e o reinvestimento de eventuais saldos, em atividades vinculadas aos Objetivos Institucionais do Centro. A seguir identificamos essa classificação:

- I) **Fomento Público**, por meio do Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação - MCTI, com interveniência da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP.

- II) **Contratos Administrativos** ou de prestação de serviços firmados com as seguintes Instituições públicas ou privadas:
 - a) Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI;
 - b) Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD;
 - c) Embaixada Britânica;
 - d) International Development Research Centre - IDRC;
 - e) Reino Unido - PPY BRA 1008;
 - f) Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - SAE/PR;
 - g) Sociedade Brasileira de Física - SBF;
 - h) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;
 - i) Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento - SEPLAN/Alagoas.

- III) **Aplicações no Mercado Financeiro**;



Dos Recursos dos Contratos Administrativos

Pela sua natureza, os Contratos Administrativos firmados com Instituições, públicas ou privadas não se restringem a um único exercício. A seguir é apresentado um Quadro Demonstrativo do fluxo de recursos relativos a estes contratos, ao longo de toda sua vigência.

Contratante	Valor original dos Contratos	Cancelamentos /Variações monetárias	Recebido 2006/2010	Recebido 2011	Créditos a Receber
ABDI	6.011.934,40	(819.064,15)	4.747.313,58	445.556,67	0,00
AFD	367.103,10	(17.385,10)	316.400,00	33.318,00	0,00
ABIPTI (1)	238.481,92		120.000,00	118.481,92	0,00
Embaixada Britânica	891.342,00	(126.187,07)	686.229,49	78.925,44	0,00
IDRC	357.145,67		170.331,98	140.773,21	46.040,48
Reino Unido - PPY BRA 1008	499.413,06	0,00	0,00	494.523,70	4.889,36
SAE / PR	2.831.056,00	0,00	2.345.633,60	485.422,40	0,00
SBF	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00
SEBRAE	412.900,00	0,00	157.020,00	191.080,00	64.800,00
SECITECE / CE	1.270.000,00	(49.112,57)	1.220.887,43	0,00	0,00
SEPLAN / AL	400.000,00	0,00		400.000,00	0,00
Total Geral	13.629.376,15	(1.011.748,89)	9.763.816,08	2.738.081,34	115.729,84

(1) Os valores recebidos em 2011 referem-se a créditos já contabilizados em 2010

No aspecto contábil, para a apuração do resultado do exercício de 2011, é utilizada a informação correspondente ao registro de notas fiscais faturadas, de acordo com a entrega dos produtos contratados, como segue:

Receitas Contabilizadas em 2011	TOTAL
Contratos de prestação de serviços	2.619.599,42
Total Geral	2.619.599,42

Das Deduções sobre os Recursos dos Contratos Administrativos - Faturados

Sobre os valores relativos aos Contratos Administrativos incide a cobrança do ISS - Imposto Sobre Serviços. Este tributo é deduzido do valor dos recursos faturados. Segue abaixo os valores correspondentes ao período:

(-) Dedução das Receitas	Total
ISS	93.602,93
Total Geral	93.602,93



Dos Recursos do Contrato de Gestão

O Quadro apresentado a seguir demonstra os recursos que ingressaram no CGEE no âmbito dos Terceiro e Quarto Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, assinados em 01/09/2011 e 29/12/2011, respectivamente, bem como os valores remanescentes do ano de 2010 relativos ao Segundo Termo Aditivo.

Contratante	Total dos Aditivos	Recebido 2011	Crédito a Receber
MCTI e FINEP	40.840.000,00	27.640.000,00	13.200.000,00
Total Geral	40.840.000,00	27.640.000,00	13.200.000,00

Dos Recursos de Aplicações Financeiras e Outros

O CGEE realiza aplicações no mercado financeiro, de todos os recursos disponíveis de modo a garantir sua atualidade. Os rendimentos gerados por essas aplicações produziram receitas conforme demonstrado a seguir

Além destes, foram registrados em “Outros” recursos de outras naturezas tais como: a) os descontos obtidos e o resultado do cancelamento de contratos registrados como despesas em exercícios anteriores ao exercício de 2007 (época em que esse era o critério adotado), cujos serviços não foram executados gerando, portanto, recuperação de despesa e ainda b) patrocínio decorrente da parceria entre o CGEE e Agência Nacional de Águas-ANA para elaboração do livro “**A QUESTÃO DA ÁGUA NO NORDESTE**”

Receitas	Total
Rendimentos de aplicação financeira e descontos obtidos	1.773.587,73
Recuperação de despesas / cancelamento contratos / variação monetária	3.343,00
Contrato de Patrocínio	95.000,00
Total Geral	1.871.930,73

Da Consolidação das Receitas

O ingresso total de recursos atingiu, durante o ano de 2011, a cifra de R\$ 32.131.530,15, conforme demonstrado no quadro abaixo, segundo a origem das receitas:

Consolidação das Receitas	Total
Recursos de Contratos Administrativos	2.619.599,42
Recursos do Contrato de Gestão	27.640.000,00
Recursos de Aplicações Financeiras e Outros	1.871.930,73
Total Geral	32.131.530,15

DISPÊNDIOS

Os dispêndios do CGEE no período de janeiro a dezembro de 2011 foram agrupados, para efeito de demonstração, nos seguintes itens:

1. Pessoal e encargos

Reflete todos os dispêndios com pessoal, relacionados com a manutenção da equipe base do CGEE (equipe técnica especializada permanente e temporária, apoio administrativo e financeiro da gestão, assessoria técnica e direção).

2. Consultoria externa

Custos relacionados com a contratação de serviços de consultores e especialistas – pessoa jurídica ou pessoa física – para a realização de estudos e outras atividades especializadas de suporte às ações do Centro.

3. Eventos de mobilização de competências

Custos diretos de organização e realização de eventos (seminários, workshops, painéis e reuniões de especialistas, palestras, etc.) para a consecução das diversas atividades do Centro.

4. Manutenção administrativa

Custos de operação e manutenção das atividades básicas do CGEE, tais como aluguéis, serviços de apoio, sistemas de informação e outros.

5. Outras despesas operacionais

Despesas financeiras, impostos, taxas, depreciações entre outras.



6. Investimentos

Dispêndios realizados com aquisição de equipamentos e outros bens incorporados ao patrimônio do CGEE.

No exercício de 2011 o total de dispêndios do Centro representou 82,49% da receita total, sendo que o item “pessoal e encargos”, o mais significativo de todos, atingiu o percentual de 47,94 % desse montante e 39,55% da receita total. Qualquer que seja a forma de analisar estes números, os mesmos estão compatíveis com os dispositivos que tratam do assunto na Lei das Organizações Sociais (Lei 9.637, de 15.05.1998). Os demais itens tiveram o seguinte comportamento:

Dispêndios	
Pessoal e encargos	12.710.496,28
Consultoria externa	6.640.837,12
Eventos de mobilização de competências	2.175.214,97
Manutenção administrativa	3.407.553,67
Outras despesas operacionais	607.704,55
Total Geral	25.541.806,59
Investimentos do Exercício	966.215,39
Total de Dispêndios + Investimentos	26.508.021,98

DO RESULTADO DO EXERCÍCIO E ACUMULADO – SUPERÁVIT / DÉFICIT

O resultado consolidado do exercício de 2011 está demonstrado de forma resumida no quadro abaixo:

Resultado do Exercício	
Receitas do exercício	32.131.530,15
(-) Deduções das receitas - ISS	(93.602,93)
(-) Dispêndios do exercício	(26.508.021,98)
Superávit do Exercício 2011	5.529.905,24



O Superávit Acumulado pelo Centro desde o início de suas operações somado ao superávit do exercício de 2011 e subtraído da **Reserva Técnica** - explicitada nominalmente dentro do processo de negociação do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e fixada no montante de R\$ 7.457.102,40, apresenta para o ano de 2011 o seguinte resultado:

Resultado Acumulado	Valor
Superavit exercícios anteriores	10.914.567,66
(+) Ajuste resultado de exercícios anteriores	74.864,26
(+) Resultado do exercício de 2011	5.529.905,24
(-) Reserva Técnica	7.457.102,40
Total Superavit Acumulado	9.062.234,76

O superávit conforme demonstrado acima terá sua reprogramação feita, observada a natureza da origem dos recursos que o compõe, garantido à continuidade das Ações em andamento, tanto do Contrato de Gestão quanto dos Contratos Administrativos, além da necessária atualização da Reserva Técnica no decorrer do exercício de 2012.

DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

A movimentação dos recursos financeiros recebidos pelo Centro foi realizada através das contas correntes números 435.002-2 / 435.001-4 / 435.005-7, pela aplicação em fundos de investimento de Liquidez Imediata e em títulos de capitalização do Banco do Brasil, sendo que os saldos em 31 de dezembro de 2011 correspondem a:

Banco do Brasil – AG 1003-0	Valor
Conta Corrente – 435.002-2	54.587,55
Conta Corrente – 435.001-4	22.899,86
Conta Corrente – 435.005-7	7.426,27
Aplicação de Liquidez Imediata	16.595.118,27
Títulos de Capitalização – Ourocap	170.380,00
Total	16.850.411,95

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DO RESULTADO

Buscando demonstrar os saldos acumulados pelo CGEE desde sua criação é apresentado a seguir um quadro síntese contendo além dos dados relativos ao ano de 2011, uma informação segregada do Superávit Acumulado, tanto do Contrato de Gestão quanto dos Contratos Administrativos.



Nesse quadro estão registradas ainda as expectativas de receita já contratadas, bem como, os compromissos de despesa também formalmente assumidos. Pela análise dos dados aí contidos observa-se que houve um acréscimo expressivo na área de investimentos em razão da aquisição de softwares para implantação da Plataforma Aquarius, ação oriunda do Contrato de Gestão. Fato também observado é o resultado operacional do ano de 2011 ter se apresentado positivo, com superávit tanto nas operações do Contrato de Gestão, assim como, nas operações com Contratos Administrativos.

DEMONSTRATIVO GERENCIAL DE RECEITAS E DESEMBOLSOS				
PERIODO 01/01/2011 A 31/12/2011				
RECEITAS	Competência	Contrato de Gestão	Contratos Administrativos	Totais
Receitas Operacionais				
Créditos Recebidos	2010	9.790.000,00	2.619.599,42	
	2011	17.850.000,00		
Total de Receitas Operacionais		27.640.000,00	2.619.599,42	30.259.599,42
Receitas Não Operacionais				
Receita Fin.		1.635.139,01	138.448,72	1.773.587,73
Receita - Recup.de Cred.		0,00	3.343,00	3.343,00
Receita - Patrocínio		0,00	95.000,00	95.000,00
Total de Receitas Não operacionais		1.635.139,01	236.791,72	1.871.930,73
TOTAL DE RECEITAS		29.275.139,01	2.856.391,14	32.131.530,15
Receitas / Créditos à receber- FUTURO		13.200.000,00	115.729,84	13.315.729,84
DEDUÇÕES		Contrato de Gestão	Contratos Administrativos	Totais
Despesas				
Pessoal e Encargos		12.553.301,51	157.194,77	12.710.496,28
Eventos, Diária, Passagens e hospedagens		1.787.629,92	387.585,05	2.175.214,97
Consultoria Externa		5.091.947,18	1.548.889,94	6.640.837,12
Manutenção Administrativa		3.326.903,75	80.649,92	3.407.553,67
Outras despesas operacionais		355.605,00	34.793,77	390.398,77
Depreciação e Amortização		217.305,78	0,00	217.305,78
Total Despesas		23.332.693,14	2.209.113,45	25.541.806,59
Outras Deduções				
ISS		0,00	93.602,93	93.602,93
Total Outras deduções		0,00	93.602,93	93.602,93
TOTAL DE DEDUÇÕES		23.332.693,14	2.302.716,38	25.635.409,52
Despesas / Compromissos - FUTURO		14.456.546,69	423.581,93	14.880.128,62
INVESTIMENTOS		966.215,39	0,00	966.215,39
Superavit / Deficit - no exercicio - Investimentos		4.976.230,48	553.674,76	5.529.905,24
Superavit / Deficit acumulados - Exercicios Anteriores		10.162.654,73	751.912,93	10.914.567,66
(+) Ajuste de exercicios Anteriores - Estorno de despesas		74.864,26	0,00	74.864,26
Total Superávit/Déficit acumulados-Exercícios Anteriores-Ajustado		10.237.518,99	751.912,93	10.989.431,92
Superavit / Deficit acumulados - Exercício 2011 - Investimentos		15.213.749,47	1.305.587,69	16.519.337,16
Superavit/Deficit acumulados-Considerando Compromissos Futuros		13.957.202,78	997.735,60	14.954.938,38



DA EVOLUÇÃO DOS NÚMEROS

O quadro a seguir apresenta a comportamento de alguns números do Centro e evidencia a carga de trabalho, a qual vem se mantendo de certa forma estável ao longo dos anos. Em relação a 2011 alguns números foram expressivamente reduzidos – número de contratos e registros contábeis – dado que naquele ano foi realizada a 4ª Conferência Nacional de CT&I, no entanto, observa-se uma evolução positiva em relação ao montante de dispêndios o que demonstra a realização de contratos com valores mais expressivos.

Exercício	2009	2010	2011
Número de Empregados (em 31.12)	86	80	84
Registros Contábeis	33.530	37.317	25.785
Contratos Firmados	283	363	187
Dispêndios (R\$)	25.161.820,93	32.687.790,30	26.508.021,98

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

São anexos ao presente relatório os seguintes documentos;

- Anexo I: Balanço Patrimonial, Notas explicativas e Demais Demonstrações
- Anexo II: Relatório dos Auditores Independentes
- Anexo III: Parecer do Conselho Fiscal



cg ee

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Anexo I

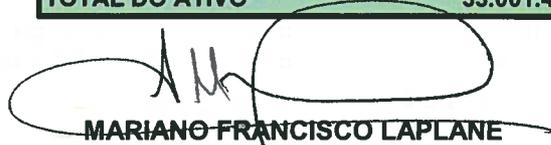
Balanço Patrimonial, Notas Explicativas e Demais Demonstrações

**CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE****BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro de 2011

CNPJ 04.724.690/0001-82

ATIVO			PASSIVO		
	2011	2010		2011	2010
ATIVO CIRCULANTE	31.562.524,98	22.163.303,31	PASSIVO CIRCULANTE	1.734.051,58	1.700.229,44
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16.680.031,95	11.580.845,24	Encargos Sociais a Recolher	222.478,55	237.755,85
Bancos/caixa	84.913,68	501.484,10	Encargos Tributários a Recolher	203.803,45	196.682,49
Aplicações Financeiras	16.595.118,27	11.079.361,14	Fornecedores	204.036,88	380.873,09
OUTROS VALORES A RECEBER	14.882.493,03	10.582.458,07	Provisão para Férias e Encargos	1.084.405,73	884.617,66
Clientes	13.200.000,00	9.908.481,92	Adiantamento de Terceiros	0,00	300,35
Adiantamento a Fornecedores	1.152.679,71	167.645,04	Outras contas a pagar/Compensar	19.326,97	
Impostos a Recuperar	43.102,84	45.743,27			
Adiantamento de férias	312.823,74	275.465,45			
Outros Créditos	1.407,99	0,00			
Titulos de Capitalização - BB	170.380,00	154.000,00			
Despesas do Exercício Seguinte	2.098,75	31.122,39			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.438.878,64	823.293,28			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	132.380,00			
Titulos de Capitalização	0,00	132.380,00			
IMOBILIZADO	525.735,40	615.688,40	PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO	31.267.352,04	21.286.367,15
Bens e Direitos em Uso	1.769.218,75	1.794.991,14	RESERVAS	7.457.102,40	5.916.479,32
(-) Depreciações Acumuladas	(1.243.483,35)	(1.179.302,74)	Reserva Técnica	7.457.102,40	5.916.479,32
INTANGÍVEL	913.143,24	75.224,88	SUPERÁVIT ACUMULADOS	23.810.249,64	15.369.887,83
Sistemas Aplicativos - Software	1.251.672,34	386.182,54	Superávit de Exercícios Anteriores	13.904.129,01	16.942.137,36
(-) Amortizações Acumuladas	(338.529,10)	(310.957,66)	Déficit/Superávit do Exercício	9.906.120,63	(1.572.249,53)
TOTAL DO ATIVO	33.001.403,62	22.986.596,59	TOTAL DO PASSIVO	33.001.403,62	22.986.596,59


MARIANO FRANCISCO LAPLANE

Presidente

CPF 096.769.418-32


AVELINO JOSÉ DE MAGALHÃES

Assessor Financeiro e Contábil

Contador CRC-DF 000656/O-8

CPF 000.068.151-20



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE
DEMONSTRAÇÃO DE SUPERÁVIT E DÉFICIT

Em 31 de dezembro de 2011
CNPJ 04.724.690/0001-82

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
(+) RECEITA BRUTA	<u>33.767.942,42</u>	<u>29.411.316,66</u>
Transferências da União	31.050.000,00	24.600.000,00
Serviços Prestados a Terceiros	2.619.599,42	4.803.233,88
Recuperação de Despesas/Ressarcimento	3.343,00	8.082,78
Patrocínio	95.000,00	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	<u>(93.602,93)</u>	<u>(211.333,54)</u>
ISS sobre Faturamento	(93.602,93)	(211.333,54)
(=) RECEITA LÍQUIDA	<u>33.674.339,49</u>	<u>29.199.983,12</u>
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(25.216.033,33)</u>	<u>(32.082.838,30)</u>
Despesas Gerais e Administrativas	(1.904.194,35)	(2.022.801,88)
Despesas com Pessoal e Encargos	(12.710.496,28)	(11.805.917,30)
Serviços de Terceiros	(6.640.837,12)	(8.977.381,37)
Aluguéis e Arrendamentos	(1.503.359,32)	(1.312.944,34)
Impostos e Taxas	(44.159,29)	(41.261,92)
Diárias	(787.452,25)	(1.363.637,37)
Passagens	(1.131.364,92)	(2.228.869,39)
Promoções e Eventos	(255.033,81)	(4.075.789,46)
Outras Despesas Operacionais	(21.830,21)	(22.009,87)
Depreciações e Amortizações	(217.305,78)	(232.225,40)
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	<u>8.458.306,16</u>	<u>(2.882.855,18)</u>
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	<u>1.447.814,47</u>	<u>1.310.605,65</u>
Despesas Financeiras	(325.773,26)	(487.551,71)
Receitas Financeiras	1.773.587,73	1.798.157,36
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	<u>9.906.120,63</u>	<u>(1.572.249,53)</u>

MARIANO FRANCISCO LAPLANE

Presidente
CPF 096.769.418-32

AVELINO JOSÉ DE MAGALHÃES
Assessor Financeiro e Contábil
Contador CRC-DF 000656/O-8
CPF 000.068.151-20



cg ee

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência. Tecnologia e Inovação

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 09 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília – DF, tem por finalidade a realização e a promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência e tecnologia e atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos.

As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão de parceria e fomento firmado entre as partes signatárias: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, em 16 de abril de 2002, renovado por mais um ciclo, com vigência até 30 de junho de 2016.

Em áreas de sua atuação, este Centro executa outros serviços contratados por terceiros.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976, modificada pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, na NBC T 10.19 sobre Entidades sem finalidade de lucros e nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes no exercício de 2011.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS E DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

O CGEE tem os seguintes instrumentos financeiros: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e recebíveis.

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado



Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado no momento do reconhecimento inicial e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, sem o registro do ajuste ao valor de mercado.

- Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos a receber.

O CGEE não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos na gestão de seus recursos financeiros.

b) Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.



cgée

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência Tecnologia e Inovação

c) Ativos intangíveis

Correspondem a bens intangíveis adquiridos pelo CGEE e que têm vidas úteis finitas, sendo mensurados pelos custos deduzidos da amortização acumulada.

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

d) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o CGEE tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

e) Apuração dos resultados

O Centro adota o regime de competência para o registro de suas receitas e despesas com atendimento pleno da NBC T 10 19 do Conselho Federal de Contabilidade.

f) Receita operacional – Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data da apresentação das demonstrações contábeis.

g) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com multas, taxas bancárias e outras despesas vinculadas às aplicações financeiras mantidas pela Entidade.



4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimentos à vista, ou até o vencimento contratado:

	2011	2010
Caixa	0,00	1.000,00
Bancos Conta Movimento	84.913,68	500.484,10
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	16.595.118,27	11.079.361,14
Total	16.680.031,95	11.580.845,24

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2011	2010
Investimentos circulantes		
Mantidos até o vencimento		
Títulos de Capitalização	170.380,00	154.000,00
Investimentos não circulantes		
Mantidos até o vencimento		
Títulos de Capitalização	0,00	132.380,00
Total	170.380,00	286.380,00

A manutenção de aplicações em Títulos de Capitalização deve-se a necessidade de amparo à parte da garantia de fiança de aluguel da sede da Entidade.

6. CLIENTES

Os valores registrados nesta conta correspondem aos créditos junto às instituições com as quais o CGEE firmou contrato de gestão e prestação de serviços, cujo documento fiscal já foi emitido:

Clientes	2011	2010
ABIPTI – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisas Tecnológicas	0,00	118.481,92
MCTI – Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação	1.200.000,00	2.350.000,00
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos	12.000.000,00	7.440.000,00
Total	13.200.000,00	9.908.481,92



cg ee

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência. Tecnologia e Inovação

7. ADIANTAMENTO DE FÉRIAS

O CGEE tem por política conceder férias coletivas a seus empregados no início de cada exercício financeiro (janeiro/2012). Em virtude dessa política, foi registrado o montante de R\$ 312.823,74 no ativo circulante, relativo aos adiantamentos de férias pagos aos colaboradores.

8. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Em razão dos contratos firmados com cláusulas específicas, esse grupo contábil registra os adiantamentos realizados a fornecedores no montante de R\$ 1.152.679,71 (R\$ 167.645,04 – 2010).

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Na análise dos indicadores internos e externos não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e conseqüentemente registrar eventual perda do valor recuperável dos bens do seu ativo imobilizado (*impairment*).

O imobilizado e o intangível guardam a seguinte composição:

Descrição	Taxas de Depreciação	2011	2010
Imobilizado			
Equipamento de Informática	20%	1.172.926,89	1.201.107,89
Instalações	10%	13.008,38	13.008,38
Máquinas e Equipamentos de Escritório	10%	41.804,45	42.941,01
Móveis e Utensílios	10%	427.672,81	420.546,81
Equipamentos de Audiovisual	20%	113.806,22	117.387,05
(-) Depreciações		(1.243.483,35)	(1.179.302,74)
Subtotal do Imobilizado		525.735,40	615.688,40
Intangível			
Sistemas Aplicativos – Software	20%	1.251.672,34	386.182,54
(-) Amortizações		(338.529,10)	(310.957,66)
Subtotal do Intangível		913.143,24	75.224,88
Total do Imobilizado e Intangível		1.438.878,64	690.913,28



10. FORNECEDORES

Demonstramos a seguir os saldos dos principais fornecedores de materiais e serviços:

Fornecedores	2011	2010
Stallivieri e Gusmão Tecnologia Ambiental Ltda.	0,00	10.000,00
FUNCAMP – Fundação de Desenvolvimento da Unicamp	0,00	159.000,00
CENERGEL – Consultoria em Sistemas Energéticos Ltda.	0,00	25.000,00
Fundação José Arthur Boiteux	0,00	50.000,00
AGM - Miranda Turismo e Representações	0,00	74.864,26
Avisa Serviços Técnicos em Vigilância Sanitária, Tecnologia e Meio ambiente S/C Ltda.	24.000,00	24.000,00
FUNDEP – Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	170.600,00	0,00
Silvana de Fátima Neitzek – ME	0,00	10.000,00
Outros Fornecedores	9.436,88	28.008,83
Totais	204.036,88	380.873,09

11. PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO

O patrimônio social líquido é formado pelo acúmulo dos superávits e déficits apurados em função das atividades operacionais executadas pelo CGEE.

De acordo com a sucláusula segunda da cláusula quarta do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão (2010-2016) celebrado entre a União e o CGEE, deve ser mantida uma Reserva Técnica de R\$ 7.457.102,40 (R\$ 5.916,479,32), neste exercício.

12. RECEITAS

- a) **Contrato de Gestão** - O CGEE registrou no exercício de 2011 uma receita de fomento vinculada ao Contrato de Gestão no valor de R\$ 31.050.000,00 (R\$ 24.600.000,00 – 2010), com a seguinte configuração conforme os registros contábeis: R\$ 17.850.000,00 recebidos no exercício e R\$ 13.200.000,00 escriturados no ativo circulante a receber.
- b) **Contratos administrativos** – A receita registrada no ano de 2011 dos contratos administrativos corresponde a R\$ 2.619.599,42 (4.803.233,88 – 2010). Demonstrados no quadro a seguir:

**QUADRO DE RECEITAS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

Contratantes	2011	2010
Ministério do Desenvolvimento Ind. e Com. Exterior – MDIC	0,00	81.600,00
Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI	445.556,67	683.047,18
Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD	33.318,00	0,00
Embaixada Britânica - Eficiência Energética	78.925,44	406.231,77
Embaixada Britânica – PPT BRA 1008	494.523,70	
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE	0,00	720.887,43
Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica – ABPTI	0,00	238.481,92
International Development Research Centre – IDRC	140.773,21	170.331,98
Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento do Est. Alagoas	400.000,00	0,00
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE	191.080,00	157.020,00
Secretaria de Assuntos Estratégicos da PR – SAE/PR	485.422,40	2.345.633,60
Sociedade Brasileira de Física – SBF	350.000,00	0,00
Totais	2.619.599,42	4.803.233,88

- c) **Receitas Financeiras** - O CGEE obteve no exercício de 2011 uma receita financeira de R\$ 1.773.587,73, conforme discriminação a seguir:

Aplicações Financeiras e Outras Receitas	Contrato de Gestão	Outros Recursos
Aplicações Financeiras	1.540.748,80	137.590,54
Descontos obtidos	94.377,27	7,53
Outras receitas financeiras	12,94	
Variações monetárias ativas		850,65
Totais	1.635.139,01	138.448,72
Total Geral	1.773.587,73	



cg ee

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência. Tecnologia e Inovação

13. DESPESAS

A execução da despesa no exercício, visando cumprir seus objetivos o CGEE aplicou de R\$ 25.541.806,59 (R\$ 32.750.390,01), sendo R\$ 23.332.693,14 (R\$ 27.964.067,14 – 2010) de recursos oriundos do Contrato de Gestão e R\$ 2.209.113,45 (R\$ 4.606.322,87 - 2010) amparados por receitas advindas de Contratos Administrativos.

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) **Seguros** – O CGEE mantém apólice de seguros em valor suficiente para cobrir eventuais sinistros com os bens do seu ativo imobilizado.
- b) **Ação Civil Pública** – Consta um processo de ação Civil Pública de improbidade administrativa nº 0008469-88.2010.4.03.6103 ajuizado pelo Ministério Público Federal onde o CGEE é citado como réu às penas previstas na Lei de improbidade administrativa nos contratos celebrados com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais– INPE nºs RD 01.06.182.0/2005 e RD 01.06.153.0/2006, no valor total de R\$ 494.907,61 (quatrocentos e noventa e quatro mil, novecentos e sete reais, sessenta e um centavos). Processo acompanhado pela assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados.
- c) **Fiscalização** - Constam, em vias administrativas, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB dois processos nºs 10166.722724/2011-30 e 10166.722722/2011-41, resultantes do auto de infração-AI, proveniente do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 01.1.01.00.2010-01041-3 emitido em 10/12/2010 compreendendo o período fiscalizado de janeiro/2007 a dezembro/2008 no valor total de R\$ 1.106.051,44 (um milhão, cento e seis mil, cinquenta e um reais, quarenta e quatro centavos) e referem-se a multas pela falta de retenção do IRRF (DIÁRIAS) e de cumprimento de obrigações acessórias, ausência de recolhimento de obrigações relativas a contribuições previdenciárias da rubrica paga a título de “DIÁRIAS” e “AUXÍLIO MORADIA”. Ambos os processos foram impugnados administrativamente via assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados.

Brasília, 31 de dezembro de 2011.


MARIANO FRANCISCO LAPLANE
Presidente
CPF 096.769.418-32

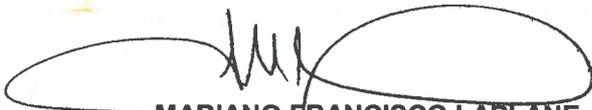

AVELINO JOSÉ DE MAGALHÃES
Assessor Financeiro e Contábil
Contador CRC-DF 000656/O-8
CPF nº 000.068.151-20



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE
DEMONSTRAÇÃO DE DÉFICIT E SUPERÁVIT ACUMULADOS

Em 31 de dezembro de 2011
CNPJ 04.724.690/0001-82

SALDO EM 31/12/2009	16.943.524,71
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.387,35)
(-) Déficit do Exercício	(1.572.249,53)
SALDO EM 31/12/2010	15.369.887,83
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	74.864,26
(-) Reversão de Reserva Técnica	(1.540.623,08)
(+) Superávit do Exercício	9.906.120,63
SALDO EM 31/12/2011	23.810.249,64


MARIANO FRANCISCO LAPLANE
Presidente
CPF 096.769.418-32


AVELINO JOSÉ DE MAGALHÃES
Assessor Financeiro e Contábil
Contador CRC-DF 000656/O-8
CPF 000.068.151-20



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2011
CNPJ 04.724.690/0001-82

	Déficit/ Superávlt Acumulados	Déficit/ Superávlt do Exercício	RESERVAS Reserva Técnica	Total
SALDO EM 31/12/2009	14.826.712,57	2.116.812,14	5.916.479,32	22.860.004,03
Incorporação do Superávlt 2009	2.116.812,14	(2.116.812,14)		-
Ajuste Superávlt Exercício 2009	(1.387,35)			(1.387,35)
Reversão de Reserva Técnica				-
Déficit do Exercício		(1.572.249,53)		(1.572.249,53)
SALDO EM 31/12/2010	16.942.137,36	(1.572.249,53)	5.916.479,32	21.286.367,15
Incorporação do Déficit 2010	(1.572.249,53)	1.572.249,53		-
Ajuste Superávlt Exercício 2008-2009-2010	74.864,26			74.864,26
Reversão de Reserva Técnica	(1.540.623,08)		1.540.623,08	-
Superávlt do Exercício		9.906.120,63		9.906.120,63
SALDO EM 31/12/2011	13.904.129,01	9.906.120,63	7.457.102,40	31.267.352,04

MARIANO FRANCISCO LAPLANE

Presidente

CPF 096.769.418-32

AVELINO JOSÉ DE MAGALHAES

Assessor Financeiro e Contábil

Contador CRC-DF 000656/O-8

CPF 000.068.151-20



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Em 31 de dezembro de 2011
CNPJ 04.724.690/0001-82

1 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2011	2010
(-/+ Superávit líquido do exercício/Lucro líquido do exercício	9.906.120,63	(1.572.249,53)
Ajustes por:		
(+) Depreciação e amortização	217.305,78	232.225,40
(+) Ajuste de exercícios anteriores	74.864,26	(1.387,35)
(+) Perdas por baixa de bens inservíveis	944,25	1.066,84
Variação nos saldos dos ativos:		
(+/-) Redução/(Aumento) em clientes	(3.291.518,08)	(9.578.146,37)
(+/-) Redução/(Aumento) em adiantamentos	(1.022.392,96)	(83.684,81)
(+/-) Redução/(Aumento) em aplicações financeiras	116.000,00	127.620,00
(+/-) Redução/(Aumento) em outras contas ativas	30.256,08	(32.342,65)
Variação nos saldos dos passivos:		
(+/-) Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários	(8.156,34)	40.520,67
(+/-) Aumento/(Redução) em fornecedores	(176.836,21)	109.495,05
(+/-) Aumento/(Redução) nas provisões trabalhistas	199.788,07	(23.723,40)
(+/-) Aumento/(Redução) em outras contas a pagar	19.026,62	300,35
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	6.065.402,10	(10.780.305,80)
2 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	2010	2010
(-) Compra do Ativo Imobilizado	(83.246,59)	(90.851,49)
(-) Compra do Ativo intangível	(882.968,80)	(26.548,80)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	(966.215,39)	(117.400,29)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.099.186,71	(10.897.706,09)
4 - VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.099.186,71	(10.897.706,09)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	11.580.845,24	22.478.551,33
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	16.680.031,95	11.580.845,24


MARIANO FRANCISCO LAPLANE
Presidente
CPF 096.769.418-32


AVELINO JOSÉ DE MAGALHÃES
Assessor Financeiro e Contábil
Contador CRC-DF 000656/O-8
CPF 000.068.151-20



cg ee

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Anexo II

Relatório dos Auditores Independentes



**CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS
CGEE**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes – Sem Ressalva	2 e 3
Balanço Patrimonial	5
Demonstração do Superávit/Déficit do Exercício	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	9 a 15

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PAR – 12/001

Aos
Administradores do
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE
Brasília – DF

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

www.bakertillybrasil.com.br

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 14, o CGEE é réu em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, na qual são questionados os contratos celebrados com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, sob a suspeita da realização de atos de improbidade administrativa, cujas penalidades vinculadas à citada ação totalizam, em 31 de dezembro de 2011, o montante aproximado de R\$ 495 mil, bem como possui dois processos, na esfera administrativa, junto à Secretaria da Receita Federal, para impugnação de auto de infração relativo ao período de janeiro de 2007 a dezembro de 2008, no valor de, aproximadamente, R\$ 1.106 mil. Em virtude do atual estágio desses processos e pela ausência de decisão definitiva sobre os assuntos, não foi possível, nesse momento, determinar os eventuais efeitos sobre as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1.

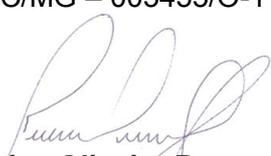
Belo Horizonte, 03 de fevereiro de 2012.



**BAKER TILLY
BRASIL**

MG AUDITORES INDEPENDENTES

CRC/MG – 005455/O-1 “S” DF


Josias Oliveira Barros Neto
Contador CRC/DF 009386/O-1


Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC/DF 013421/O-9

www.bakertillybrasil.com.br



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em Reais)

Quadro 1

ATIVO	<u>2011</u>	<u>2010</u>
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	16.680.032	11.580.845
Clientes (nota 6)	13.200.000	9.908.482
Adiantamentos a fornecedores (nota 8)	1.152.679	167.645
Adiantamento de férias (nota 7)	312.824	275.466
Impostos a recuperar	43.103	45.743
Títulos de capitalização – BB (nota 5)	170.380	154.000
Despesas do exercício seguinte	2.099	31.122
Outros créditos	1.408	-
Total do ativo circulante	<u>31.562.525</u>	<u>22.163.303</u>
NÃO CIRCULANTE		
Títulos de capitalização – BB (nota 5)	-	132.380
Imobilizado (nota 9)	525.736	615.688
Intangível (nota 9)	913.143	75.225
Total do ativo não circulante	<u>1.438.879</u>	<u>823.293</u>
Total ativo	<u><u>33.001.404</u></u>	<u><u>22.986.597</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em Reais)

Quadro 1 (continuação)

PASSIVO	<u>2011</u>	<u>2010</u>
CIRCULANTE		
Fornecedores (nota 10)	204.037	380.873
Encargos sociais a recolher	222.479	237.756
Encargos tributários a recolher	203.803	196.682
Provisão para férias e encargos	1.084.406	884.618
Adiantamento de terceiros	-	300
Outras contas a pagar/compensar	19.327	-
Total do passivo circulante	<u>1.734.052</u>	<u>1.700.229</u>
PATRIMÔNIO SOCIAL (nota 11)		
Reserva técnica	7.457.102	5.916.479
Superávit acumulado	23.810.250	15.369.888
Total do patrimônio social	<u>31.267.352</u>	<u>21.286.367</u>
Total do passivo e patrimônio social	<u>33.001.404</u>	<u>22.986.597</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE

**DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em Reais)**

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
RECEITA BRUTA (nota 12)	33.767.942	29.411.317
Transferências da União	31.050.000	24.600.000
Serviços prestados a terceiros	2.619.599	4.803.234
Recuperação de despesas/ressarcimentos	3.343	8.083
Patrocínio	95.000	-
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(93.603)	(211.333)
ISS sobre faturamento	(93.603)	(211.333)
RECEITA LÍQUIDA	33.674.339	29.199.983
DESPESAS OPERACIONAIS (nota 13)	(25.216.033)	(32.082.838)
Gerais e administrativas	(1.904.195)	(2.022.802)
Pessoal e encargos	(12.710.496)	(11.805.917)
Serviços de terceiros	(6.640.837)	(8.977.381)
Aluguéis e arrendamentos	(1.503.359)	(1.312.944)
Impostos e taxas	(44.159)	(41.262)
Diárias	(787.452)	(1.363.637)
Passagens	(1.131.365)	(2.228.870)
Promoções e eventos	(255.034)	(4.075.790)
Outras despesas operacionais	(21.830)	(22.010)
Depreciação e amortização	(217.306)	(232.225)
RESULTADO OPERACIONAL	8.458.306	(2.882.855)
RESULTADO FINANCEIRO	1.447.815	1.310.606
Receitas financeiras (nota 12)	1.773.588	1.798.157
Despesas financeiras	(325.773)	(487.552)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	9.906.121	(1.572.249)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em Reais)**

	<u>Reserva Técnica</u>	<u>Superávits Acumulados</u>	<u>Superávit (Déficit) do Exercício</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2009	5.916.479	14.826.713	2.116.812	22.860.004
Incorporação do superávit 2009	-	2.116.812	(2.116.812)	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	(1.388)	-	(1.388)
Déficit do exercício	-	-	(1.572.249)	(1.572.249)
Em 31 de dezembro de 2010	5.916.479	16.942.137	(1.572.249)	21.286.367
Incorporação do déficit 2010	-	(1.572.249)	1.572.249	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	74.864	-	74.864
Reversão de reserva técnica	1.540.623	(1.540.623)	-	-
Superávit do exercício	-	-	9.906.121	9.906.121
Em 31 de dezembro de 2011	7.457.102	13.904.129	9.906.121	31.267.352

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO METODO INDIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2011	2010
Superávit/ (Déficit) do Exercício	9.906.121	(1.572.249)
Ajustes de (receitas) despesas que não afetam o caixa:		
Depreciação e Amortização	217.306	232.225
Ajuste de exercícios anteriores	74.864	(1.388)
Perdas por baixa de bens inservíveis	944	1.067
	<u>10.199.235</u>	<u>(1.340.345)</u>
Redução (aumento) nos ativos		
Clientes	(3.291.518)	(9.578.146)
Adiantamentos	(1.022.393)	(83.685)
Aplicações Financeiras	116.000	127.620
Outras Contas Ativas	30.256	(32.343)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(176.836)	109.495
Encargos Sociais e Tributários a Recolher	(8.156)	40.521
Provisões Trabalhistas	199.788	(23.723)
Outras Contas a Pagar	19.026	300
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE(DESTINADO) DAS(ÀS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>6.065.402</u>	<u>(10.780.306)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Imobilizado	(83.246)	(90.851)
Aquisição de Intangível	(882.969)	(26.549)
CAIXA LÍQUIDO DESTINADO ÀS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(966.215)</u>	<u>(117.400)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>5.099.187</u>	<u>(10.897.706)</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	11.580.845	22.478.551
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do exercício	16.680.032	11.580.845
Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>5.099.187</u>	<u>(10.897.706)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE

NOTAS EXPLICATIVAS REFERENTES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 09 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília – DF, tem por finalidade a realização e a promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência e tecnologia e atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos.

As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão de parceria e fomento firmado entre as partes signatárias: Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, em 16 de abril de 2002, renovado por mais um ciclo, com vigência até 30 de junho de 2016.

Em áreas de sua atuação, este Centro executa outros serviços contratados por terceiros.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976, modificada pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, na NBC T 10.19 sobre Entidades sem finalidade de lucros e nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes no exercício de 2011.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS E DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

O CGEE tem os seguintes instrumentos financeiros: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado no momento do reconhecimento inicial e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, sem o registro do ajuste ao valor de mercado.

- **Empréstimos e recebíveis**

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos a receber.

O CGEE não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos na gestão de seus recursos financeiros.

b) Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c) Ativos intangíveis

Correspondem a bens intangíveis adquiridos pelo CGEE e que têm vidas úteis finitas, sendo mensurados pelos custos deduzidos da amortização acumulada.

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

d) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o CGEE tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

e) Apuração dos resultados

O Centro adota o regime de competência para o registro de suas receitas e despesas com atendimento pleno da NBC T 10.19 do Conselho Federal de Contabilidade.

f) Receita operacional – Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis.

g) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com multa e juros bancários e outras despesas vinculadas às aplicações financeiras mantidas pela Entidade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com liquidez imediata ou com vencimento contratado inferior a 90 dias:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa	-	1.000
Bancos conta movimento	84.914	500.484
Aplicações financeiras de liquidez imediata	16.595.118	11.079.361
Total	<u>16.680.032</u>	<u>11.580.845</u>

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Investimentos circulantes		
Mantidos até o vencimento		
Títulos de Capitalização	170.380	154.000
Investimentos não circulantes		
Mantidos até o vencimento		
Títulos de Capitalização	-	132.380
Total	<u>170.380</u>	<u>286.380</u>

A manutenção de aplicações em Títulos de Capitalização tem por objetivo garantir parte da fiança de aluguel da sede da Entidade.

6. CLIENTES

Os valores registrados nesta conta correspondem aos créditos junto às instituições com as quais o CGEE firmou contrato de gestão e prestação de serviços, cujo documento fiscal já foi emitido:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
ABIPTI – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisas Tecnológicas	-	118.482
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia	1.200.000	2.350.000
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos	12.000.000	7.440.000
Total	<u>13.200.000</u>	<u>9.908.482</u>

7. ADIANTAMENTO DE FÉRIAS

O CGEE tem por política conceder férias coletivas a seus empregados no início de cada exercício financeiro (janeiro/2012). Em virtude dessa política, foi registrado o montante de R\$ 312.824 (R\$ 275.466 - 2010) no ativo circulante, relativo aos adiantamentos de férias pagos aos colaboradores.

8. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Em razão dos contratos firmados com cláusulas específicas, esse grupo contábil registra os adiantamentos realizados a fornecedores, no montante de R\$ 1.152.679 (R\$ 167.645 - 2010).

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Na análise dos indicadores internos e externos não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e conseqüentemente registrar eventual perda do valor recuperável dos bens do seu ativo imobilizado (*impairment*).

O imobilizado e o intangível guardam a seguinte composição:

	Taxas de Depreciação	2011	2010
Imobilizado			
Equipamento de informática	20%	1.172.927	1.201.108
Instalações	10%	13.008	13.008
Máquinas e equipamentos de escritório	10%	41.805	42.941
Móveis e utensílios	10%	427.673	420.547
Equipamentos de audiovisual	20%	113.806	117.387
(-) Depreciações		<u>(1.243.483)</u>	<u>(1.179.303)</u>
Subtotal do Imobilizado		525.736	615.688

	Taxas de Depreciação	2011	2010
Intangível			
Sistemas aplicativos – software	20%	1.251.672	386.183
(-) Amortizações		<u>(338.529)</u>	<u>(310.958)</u>
Subtotal do Diferido		913.143	75.225
Total do Imobilizado e Diferido		1.438.879	690.913

10. FORNECEDORES

Demonstramos a seguir os saldos dos principais fornecedores de materiais e serviços:

	2011	2010
Stallivieri e Gusmão Tecnologia Ambiental Ltda.	-	10.000
FUNCAMP – Fundação de Desenvolvimento da Unicamp	-	159.000
CENERGEL – Consultoria em Sistemas Energéticos Ltda.	-	25.000
Fundação José Arthur Boiteux	-	50.000
AGM - Miranda Turismo e Representações	-	74.864
Avisa Serviços Técnicos em Vigilância Sanitária, Tecnologia e Meio ambiente S/C Ltda.	24.000	24.000
FUNDEP – Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	170.600	-
Silvana de Fátima Neitzek – ME	-	10.000
Outros Fornecedores	9.437	28.009
Total	204.037	380.873

11. PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO

O patrimônio social líquido é formado pelo acúmulo dos superávits e déficits apurados em função das atividades operacionais executadas pelo CGEE.

De acordo com a subitem 2º da cláusula quarta do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão (2010-2016) celebrado entre a União e o CGEE, deve ser mantida uma Reserva Técnica de R\$ 7.457.102 (R\$ 5.916.479 - 2010), neste exercício.

12. RECEITAS

- a) **Contrato de gestão** - O CGEE registrou no exercício de 2011 uma receita de fomento vinculada ao Contrato de Gestão no valor de R\$ 31.050.000 (R\$ 24.600.000 - 2010), com a seguinte configuração conforme os registros contábeis: R\$ 17.850.000 recebidos no exercício e R\$ 13.200.000,00 escriturados no ativo circulante a receber.
- b) **Contratos administrativos** - A receita registrada no ano de 2011 dos contratos administrativos corresponde a R\$ 2.619.599 (R\$ 4.803.234 - 2010). Demonstrados no quadro a seguir:

Contratantes	2011	2010
Ministério do Desenvolvimento Ind. e Com. Exterior – MDIC	-	81.600
Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI	445.557	683.047
Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD	33.318	-
Embaixada Britânica - Eficiência Energética	78.925	406.232
Embaixada Britânica - PPT BRA 1008	494.524	-
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE	-	720.887
Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica – ABPTI	-	238.482
International Development Research Centre – IDRC	140.773	170.332
Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento do Est. Alagoas	400.000	-
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE	191.080	157.020
Secretaria de Assuntos Estratégicos da PR –SAE/PR	485.422	2.345.634
Sociedade Brasileira de Física – SBF	350.000	-
Total	2.619.599	4.803.234

- c) **Receitas financeiras** - O CGEE obteve no exercício de 2011 uma receita financeira de R\$1.773.588 (R\$ 1.798.157 - 2010), conforme discriminação a seguir:

Aplicações Financeiras e Outras Receitas	Contrato de Gestão	Outros Recursos
Aplicações financeiras	1.540.749	137.590
Descontos obtidos	94.377	8
Outras receitas financeiras	13	-
Variações monetárias ativas	-	851
Totais	1.635.139	138.449
Total Geral	1.773.588	-

13. DESPESAS

A execução da despesa no exercício, visando cumprir seus objetivos o CGEE aplicou de R\$ 25.541.806,59 (R\$ 32.570.390 – 2010), sendo R\$ 23.313.493,14 (R\$ 27.964.067 – 2010) de recursos oriundos do Contrato de Gestão e R\$ 2.228.313,45 (R\$ R\$ 4.606.323 – 2010) amparados por receitas advindas de Contratos Administrativos.

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) **Seguros** – O CGEE mantém apólice de seguros em valor suficiente para cobrir eventuais sinistros com os bens do seu ativo imobilizado.
- b) **Ação Civil Pública** – Consta um processo de ação Civil Pública de improbidade administrativa nº 0008469-88.2010.4.03.6103 ajuizado pelo Ministério Público Federal onde o CGEE é citado como réu às penas previstas na Lei de improbidade administrativa nos contratos celebrados com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais– INPE nºs RD 01.06.182.0/2005 e RD 01.06.153.0/2006, no valor total de R\$ 494.907,61 (quatrocentos e noventa e quatro mil, novecentos e sete reais, sessenta e um centavos). Processo acompanhado pela assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados.
- c) **Fiscalização** – Constam, em vias administrativas, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB dois processos nºs 10166.722724/2011-30 e 10166.722722/2011-41, resultantes do auto de infração-AI, proveniente do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 01.1.01.00.2010-01041-3 emitido em 10/12/2010 compreendendo o período fiscalizado de janeiro/2007 a dezembro/2008 no valor total de R\$ 1.106.051,44 (um milhão, cento e seis mil, cinquenta e um reais, quarenta e quatro centavos) e referem-se a multas pela falta de retenção do IRRF (DIÁRIAS) e de cumprimento de obrigações acessórias, ausência de recolhimento de obrigações relativas a contribuições previdenciárias da rubrica paga a título de “DIÁRIAS” e “AUXÍLIO MORADIA”. Ambos os processos foram impugnados administrativamente via assessoria jurídica, representada por Rubens Naves e Santos Júnior Advogados.

* * *



cg ee

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Anexo III

Parecer do Conselho Fiscal

Parecer do Conselho Fiscal

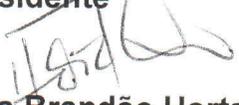
Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e sete (27) do mês de fevereiro de dois mil e doze (2012), na sede do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, realizou-se a vigésima sexta (26^a) reunião ordinária do Conselho Fiscal do CGEE que, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame da documentação representada por balanço, relatórios, demonstrações financeiras, fluxo de caixa e Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2011.

Tomando por base o Parecer dos Auditores Independentes, bem como os esclarecimentos prestados pelo Gestor Administrativo e pelo Assessor Financeiro e Contábil, os Membros do Conselho Fiscal são de opinião de que as demonstrações apresentadas pelo CGEE estão em condições de ser aprovadas.

Portanto, o Conselho Fiscal considera que a referida documentação pode ser encaminhada para apreciação e aprovação do Conselho de Administração.

Brasília 27 de fevereiro de 2012.


José Roberto Alves Corrêa
Presidente


Luiz Alberto de Freitas Brandão Horta Barbosa
Conselheiro


Fátima Sandra Marques Hollanda
Conselheira